

Ao

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ITAIPUBINACIONAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA EF - 1836-24**

BINACIONAL

TIPO MENOR PREÇO

**OBJETO: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EXTERNA DA BARRAGEM DA
USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

XXXXXXXXXXXX S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, com sede na Rua: XXXXXXXX, XXX, XXXXXXX XXXXXXXX - SP, CEP: XXXXX-XXX, endereço eletrônico: XXXXXXX@XXXXXX.com.br, representada neste ato por seu representante legal, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar com fundamento na **Lei 14.133/21 e do edital ITEM 1.9 a IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, conforme expõe, fundamenta e requer a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

A presente é tempestiva, pois a abertura dos envelopes está prevista para o dia **06/05/25**, o edital prevê até **3º dia útil** anteriores a data de abertura para impugnação, logo conclui-se que a impugnação do recorrente é tempestiva. A garantia constitucional ilustra que qualquer decisão proferida em processo administrativo deve, necessariamente, sob pena de nulidade, observar o devido processo legal, garantindo, sempre, o contraditório e a ampla defesa, assegurando a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos e ilegalidade.

DA PRELIMINAR

A impugnante é empresa prestadora de serviços operacionais de iluminação em Led em órgãos públicos e privados, muito conhecida no meio em que atua, com larga experiência no objeto do edital e desenvolvimento de diversas soluções para projetos de iluminação cênica devidamente comprovada por meio de atestados de capacidade técnica e contratos executados, tais como: Palácio do Governo do Estado de São Paulo, USP Capital, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SANASA Campinas, Prefeitura de Curitiba, Câmara Municipal de Botucatu e etc.

Assim, deseja participar da licitação na modalidade **Concorrência Binacional EF-1836-24**.

Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se que o item 2.2.1 do edital, requer obrigatoriamente que os proponentes em suas propostas apresentem as luminárias da marca (Phillips), indicadas no subitem 7.2.3 do capítulo 1 das especificações técnicas, anexo - III do CBC, ponto este que esta se impugnando na presente impugnação.

Embora a nova lei de licitações nº14.133/2021, permita a indicação de marcas ou modelos pela Administração Pública, desde que a justificativa seja formalizada dentro do processo administrativo e conste, expressamente, do edital de convocação é possível

indicar marcas em licitações desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização, escolha/vedação decorrente de motivos estritamente técnicos e que haja prévia justificação.

Observa-se que o edital CBC apresentou no ANEXO XIII a sua justificativa de Marca e Modelo das Luminárias, da **PHILLIPS**.

Ocorre, que o presente edital deve ser rígido pelas regras da nova lei de licitações nº14.133/2021, sob pena de nulidade.

Destarte, como se vê no excerto no edital **EF 18260-24 anexo XIII (características técnicas dos materiais) fls. 01**. Utilização de cabo único para alimentação elétrica e comunicação (Leader Cable). Sob a justificativa de que utilização de Luminárias com cabeamento único para alimentação e comunicação (**Leader Cable**) facilita a instalação do sistema e inibe a instalação de outro eletroduto em paralelo apenas para comunicação, resultando em uma maior celeridade na instalação do sistema, minimiza perdas elétricas e garante um fator de potência próximo de 1, minimiza o tempo em que o show da Iluminação externa da barragem irá ficar sem funcionar e minimiza custos da instalação do Sistema.

Se não vejamos, aqui encontra-se um ponto que deve ser revisto pela comissão de licitação da ITAIPU-BINACIONAL e IMPUGNADO pela impugnante XXXXXXXXXXXX LTDA.

O impugnante esclarece que as exigências cabeamento único para alimentação e comunicação (**Leader Cable**) para as luminárias de marca PHILLIPS não pode restringir a competição.

Atualmente a empresa **PHILLIPS** é fornecedora dos componentes que compõe as luminárias da **XXXXXX** todavia a própria Phillips não está disponibilizando orçamentos ou abrindo qualquer esclarecimento sobre o projeto em questão, sob a alegação que a tecnologia solicitada no edital (Luminárias com cabeamento único para alimentação e comunicação - Leader Cable) é uma tecnologia americana que só PHILLIPS detém.

Sendo assim, projetos com essas especificações são realizados por uma única equipe interna da PHILLIPS, ou seja, provavelmente a licitação terá apenas uma empresa que atenda o edital, ocorrendo desta forma a ausência de competitividade, violando aos princípios da economicidade, devendo ser observado os requisitos de conveniência e oportunidade, por esta razão requer seja alterado a exigência referente **ao cabeamento único para alimentação e comunicação - Leader Cable, contante no edital EF 18260-24 anexo XIII (características técnicas dos materiais) fls. 01, e no subitem 7.2.3 do capítulo 1 das especificações técnicas, anexo -III do CBC**, verificou-se em tese que possa ocorrer um possível direcionamento da licitação para a empresa PHILLIPS, com a indicação da marca de determinada luminária e especificação técnica exclusiva, ou seja, (**Leader Cable**) sendo que apenas uma empresa apresentaria tal exigência, o que acabaria violando o princípio da ampla concorrência e caracterizando um direcionamento o que levaria a nulidade da licitação.

A impugnante, relembra que a nova lei de licitações prevê a indicação da marca, desde que devidamente justificado e preenchido os requisitos do artigo 41 da nova lei de licitações, o que não aconteceu no presente caso concreto.

Todavia, a comparação de outras marcas foi feita por meio de catálogos retirados da internet e consultas básicas superficiais as empresas, pois nenhuma empresa teria a real dimensão do projeto sem os dados técnicos concreto, sem as plantas do local, uma vez que para cada projeto de iluminação cênica há uma solução diferente, por se tratarem de projetos complexos, cada um tem as suas peculiaridades.

Dessa forma o argumento de que nenhuma outra marca atenderia a necessidade do órgão não se sustenta, por que existe diversas outras soluções e tecnologias no mercado para esse fim, agora claro, a tecnologia de cabeamento com alimentação única de energia e comunicação das luminárias, realmente só a Phillips tem, o que torna inviável uma disputa justa, e viola o princípio da ampla concorrência, o que poderá gerar nulidade da licitação pelo poder judiciário.

O Art. 42 da nova Lei de Licitação, visa garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados pela Administração Pública, permitindo que a Administração verifique se os produtos e serviços propostos pelos licitantes SIMILARES atendem às especificações e requisitos técnicos, tais como:

Provas de Qualidade:

A lei estabelece que a qualidade do produto ou serviço pode ser comprovada através de diversos meios, como certificações de qualidade, laudos de laboratórios, amostras do produto ou serviço para análise, entre outros.

Edital:

O edital de licitação pode exigir que as provas de qualidade sejam apresentadas por instituições credenciadas pelo INMETRO, ABNT, NBR ou por outras entidades com reputação ética e profissional na área.

Exame de Amostras:

A Administração poderá, em certos casos, oferecer um protótipo do objeto a ser contratado e exigir amostras do licitante provisoriamente vencedor para exame, visando garantir que o produto ou serviço a ser contratado atenda às especificações e requisitos técnicos.

Instituições Especializadas:

As amostras podem ser examinadas por instituições com reputação ética e profissional na área, previamente indicadas no edital.

Desta forma, a impugnante requer seja oportunizado a aplicação do artigo 42, além da exclusão da exigência do cabeamento único para alimentação e comunicação - Leader Cable), condição esta essencial para ampla competitividade do processo.

Assim requer seja corrigido a redação no referido edital sob pena de nulidade e não atendimento ao interesse público.

Todavia, conforme o objeto da licitação, a intenção Itaipu Binacional é selecionar maior número de empresas com capacidade técnica de instalar um determinado número de equipamentos e fornecimento de matérias e luminárias LED, desta forma a iluminação deve seguir o padrão de exigências previsto nos demais editais, sob pena que violar os princípios que regem as licitações públicas previstas no art. 37 da CF/88 e o demais artigos

da lei 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar estas restrições e ilegalidades que maculam o certame, sendo considerada abusiva.

Ocorre que tal exigência desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

DO DIREITO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei nº. 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Trata-se de um dever do agente. Deve-se processar e julgar a licitação de maneira honesta, de acordo com os interesses da ITAIPU-BINACIONAL, possuindo um comportamento consoante com as regras de boa administração e com a idéia comum de honestidade no seu modo de proceder respeitando todos os princípios da Administração Pública e dos Processos Licitatórios:

- a. Princípio da Legalidade
- b. Princípio da Igualdade
- c. Princípio da Impessoalidade
- d. Princípio da Moralidade
- e. Princípio da Publicidade
- f. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório
- g. Princípio do Julgamento Objetivo
- h. Princípio da Proibição Administrativa

A nova Lei de licitações, em seu Art. 5º e art. 9º inciso – I, letra “a” ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Assim prevê o Art. 5º da Lei 14.133/21 in verbis:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da proibição administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo,

da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do

desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Além do Art. 9º inciso – I, letra “A” da Lei 14.133/21 in verbis:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações

que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Embora o artigo 41 inciso e seus incisos da Lei 14.133/2021 permitam a excepcionalidade, requer o cumprimento de alguns requisitos do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I – indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com

plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II – exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços,

desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III – vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV – solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

E o fato é que a Lei nº 14.133/2021 trouxe as seguintes inovações, para todos os entes públicos:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX – estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

(...)

XXIII – termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

(...)

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

(...)

XXIV – anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

(...)

g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;

(...)

XXV – projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

(...)”. (os grifos não são do original).

A nova lei de licitações previu ainda no seu artigo 42 a prova de produto similar, se não vejamos:

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos

proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.

A empresa licitante, a fim de que o ITAIPU-BINACIONAL atenda os princípios da administração pública tanto no Brasil como no Paraguay requer a impugnação a exigência do (cabeamento único para alimentação e comunicação - Leader Cable), A nova lei colocou em ponto de partida, antes de se tratar de características, marcas, modelos e especificações de objeto, o estudo em face da demanda, não se aceita mais o edital, o termo de referência/memorial descritivo que nasce pronto e como documento criado de forma autônoma.

Portanto, qualquer vedação a que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a especificação técnica ou qualquer exigência que ninguém atenda ou apenas uma licitante torna-se ilegal e abusiva.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, em tese o direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019, #73201083).

Devendo haver uma grande atenção em todas os itens do edital, visando evitar que seus vícios possam prejudicar o andamento do processo licitatório, recomendando-se a obtenção de informações detalhadas de quem realmente entende do ramo do objeto que se deseja licitar, visando definir corretamente as suas exigências técnicas, observando-se, também, que não se deve esquecer do tratamento de igualdade que deve ser dado para todos os participantes e que a minuta do edital deve ser examinada previamente pela equipe técnica de engenheiros eletricitas e a assessoria jurídica da administração, segundo exigência contida no artigo 53 §1º da Lei 14.133/21.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, também já se manifestou por diversos de seus Ministros, sobre as condições de igualdade, vejamos:

“...Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações) e no art. 3 §1º, I art. 31, I da Lei nº 8666/93. **Por isso a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o processo licitatório.**

Com efeito, o edital é soberano quando elaborado conforme determina a lei, estando a autoridade administrativa estritamente vinculada aos termos do instrumento de certame. O edital desde que legal, deveria ser o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, entretanto os atos praticados no curso da licitação violaram os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como legalidade, moralidade, isonomia e concorrência, lembrando que a vinculação não é absoluta, configurando ilegalidade a obediência desmedida, em detrimento aos princípios da legalidade, razoabilidade e isonomia.

O vício de irregularidade no edital, acarreta nulidade dos atos praticados, se mantida será derrubada judicialmente, conforme as inúmeras jurisprudências neste sentido.

No mesmo sentido é o teor da Súmula nº 473 do STF: “A Administração pode anular seus próprios atos (...) ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

O edital como esta publicado não irá atender a finalidade da proposta mais vantajosa para a ITAIPU BINACIONAL.

Os Tribunais de Justiça e as jurisprudências, além de considerar ilegal entende que o futuro contrato administrativo padece de nulidade absoluta e, mais grave, que o gestor que, através deste expediente, dolosamente frustra a competitividade do certame, comete improbidade administrativa (além de delito penal, ex vi do art. 178/art. 337, da Nova Lei de Licitações):

Portanto, sempre que o objeto licitado for marcadamente vultuoso ou de composição complexa e homogênea, o ente licitante **deverá obrigatoriamente admitir a participação de várias empresas no certame**. Em outras palavras, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a proibição ao direcionamento – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz.

Considerando-se como certo não ser a intenção da Administração impedir a ampla concorrência no certame, **a alteração do edital para fins de adequá-lo à realidade de mercado das empresas licitantes é medida de ordem e legalidade**.

Assim, considerando a Supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento do art. 71 da lei 14.133/21, a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica.

DA SEGURANÇA JURÍDICA DO ARTIGO 5º, INCISO XXXVI.

Não obstante a Segurança Jurídica é amplamente resguardada pela CF/88 no seu art. 5, inc. XXXVI, o qual preconiza a administração a respeitar o ato jurídico perfeito.

A administração pública, tem limites no seu poder de atuar, sob pena de ferir um dos princípios que é basilar no sistema constitucional brasileiro, o da Segurança Jurídica.

Ademais, existem limites lógicos, antológicos e semânticos que o administrador público não pode transpor, sob pena de agredir o mais fundamental dos princípios.

Contudo, os cidadãos brasileiros, sentem-se amparados e confiantes na aplicação das normas no sistema jurídico, desde que seja respeitado o Princípio da Segurança Jurídica.

É dever da Administração exercer a supervisão de seus atos, no sentido de coibir e corrigir eventuais disparates, de forma célere e com vistas a evitar reflexos negativos àqueles envolvidos com a sua atuação, com destaque à sociedade.

Certamente que a ilegalidade apontada impactou negativamente no processo licitatório em andamento.

Diante de todo o exposto, requer seja dado provimento ao presente impugnação.

DO PEDIDO

Pelo exposto espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que seja modificado EDITAL no item apontados, sob pena de grave restrição ao princípio da competitividade e possível direcionamento, para garantir a competitividade do processo licitatório, hoje prejudicada, restabelecendo a competitividade do certame.

E ainda, requer, o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, para a reforma do Edital em epígrafe do item (edital EF 18260-24 anexo XIII (características técnicas dos materiais) fls. 01.. Cujo consta a utilização de cabo único para alimentação elétrica e comunicação (Leader Cable) e no subitem 7.2.3 do capítulo 1 das especificações técnicas, anexo -III do CBC, ou, caso seja outro o entendimento, seja este anulado, dado o vício nele contido, possibilitando assim a aplicação do artigo 42 da nova lei de licitações com a exclusão do item 2.2.1 do edital, visando a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

XXXXXXXX, 24 de abril de 2025.